

Veículo <b>Jornal Agapanemi</b>		Data <b>Mai 10/2007</b>		Quadrante	
Página <b>Capa e 08</b>		Fonte Citada		<input type="checkbox"/> Dirigente <input type="checkbox"/> Sem citação <input type="checkbox"/> Chefe <input type="checkbox"/> Outros empregados	
Composição gráfica		<input type="checkbox"/> 02 elementos gráficos <input type="checkbox"/> 03 elementos gráficos <input type="checkbox"/> 04 elementos <input type="checkbox"/> 05 ou mais elementos		Presença do nome	
<input checked="" type="checkbox"/> Somente texto				<input type="checkbox"/> Capa <input type="checkbox"/> Manchete <input type="checkbox"/> Título <input type="checkbox"/> Citação <input type="checkbox"/> Destaque no Texto <input checked="" type="checkbox"/> Rodapé/Legenda	
Gênero		<input type="checkbox"/> Crônica <input type="checkbox"/> Entrevista <input type="checkbox"/> Nota Informativa <input type="checkbox"/> Nota Opinativa		<input type="checkbox"/> Notícia <input type="checkbox"/> Reportagem	
<input checked="" type="checkbox"/> Artigo <input type="checkbox"/> Editorial		<input type="checkbox"/> Carta ao Leitor			

## E aí, a certificação continua? Algumas novidades para o setor

Desde meados da década de 1990, a maior parte do setor frutícola exportador vem buscando compreender e trabalhar a idéia de certificação seja ela privada (estabelecida pelos compradores, para evitar problemas por intoxicação alimentar no consumidor), seja ela oficial (Produção Integrada, por exemplo).

Vista inicialmente, como uma oportunidade econômica direta, pela possível agregação de um preço diferenciado ao seu produto, depois da negação inicial desta idéia, chegou até a ser vista por muitos até como empecilho para algumas cadeias produtivas, onde só eram seriamente consideradas as certificações privadas (diretamente ligadas às exigências dos compradores). Recentemente, houve um retorno gradual do produtor também à certificação oficial, à medida que novas fases do projeto de Produção Integrada entram em pauta, focando principalmente o mercado e o marketing interno dos produtos, e pela sinalização de interesse renovado por parte do mercado comprador externo.

Além das certificações tradicionais, envolvendo a segurança alimentar e responsabilidade social, após o protocolo de Kyoto, uma nova categoria de certificação surgiu no mercado, inicialmente sem grande volume de informação, mas que gerou expectativa financeira momentânea bastante grande, mesmo que de maneira indireta, através dos créditos de carbono.

Gradualmente, à medida que se entendia o processo, o grau de dificuldade envolvido e a idéia deste novo sistema, houve o arrefecimento do entusiasmo, sendo que raramente voltou a se falar neste enfoque, a certificação puramente ambiental.

Mesmo assim, a certificação ambiental foi criando outros espaços, encontrando um público de consumidores preocupados com as questões inerentes ao ambiente, de forma a ser este o fator que influenciaria na decisão de compra para tais pessoas.

Nesse momento, não se espera um universo amplo de consumidores para tal mercado, mas o interessante é que, por moda ou por outra demanda social (influenciada ou não por questões vinculadas, como o aquecimento global), a questão ambiental começa a deixar o papel de coadjuvante dos sistemas de certificação de produtos e serviços e estabelece por si os limites de exigências técnicas vinculadas ao objeto a ser certificado.

Estes parágrafos introdutórios parecem reprisar um longo histórico de sistemas de certificação usados pela fruticultura no Brasil, porém, com exceção da agricultura orgânica, tudo isto aconteceu em um espaço de tempo de pouco mais de 10 anos, demonstrando a pouca experiência que se tem com isto no País.

Recentemente algumas novas metodologias para avaliar o respeito pelo ambiente vem sendo introduzidas nos processos produtivos ao redor do mundo, buscando principalmente reduzir o impacto da emissão de gases que contribuam para acelerar o efeito estufa. Uma destas metodologias que pode interessar a fruticultura, por aparentar um custo de implantação relativamente baixo, é a aplicação do sistema de certificação "Carbon Free" (Livre de Carbono), que busca convencer o produtor/emissor destes gases estufa, em criar e manter uma contabilidade do carbono emitido ou retido pelo processo produtivo em questão.

Por exemplo, ao se construir um carro, todo o volume de contaminantes que possam contribuir com o efeito estufa é convertido em equivalentes de carbono, onde o produtor escolhe de que forma ele irá imobilizar a mesma quantidade de gás

Veículo <b>Journal Agapani</b>		Data <b>Mai 2007</b>		Quadrante	
Página <b>capa e 08</b>		Fonte Citada <input type="checkbox"/> Sem citação <input type="checkbox"/> Dirigente <input type="checkbox"/> Chefe <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisador <input type="checkbox"/> Outros empregados			
Composição gráfica <input checked="" type="checkbox"/> Somente texto <input type="checkbox"/> 02 elementos gráficos <input type="checkbox"/> 03 elementos gráficos <input type="checkbox"/> 04 elementos <input type="checkbox"/> 05 ou mais elementos		Presença do nome <input type="checkbox"/> Capa <input type="checkbox"/> Citação <input type="checkbox"/> Manchete <input type="checkbox"/> Destaque no Texto <input type="checkbox"/> Título <input checked="" type="checkbox"/> Rodapé/Legenda			
Gênero <input checked="" type="checkbox"/> Artigo <input type="checkbox"/> Crônica <input type="checkbox"/> Editorial <input type="checkbox"/> Entrevista <input type="checkbox"/> Carta ao Leitor <input type="checkbox"/> Nota Informativa <input type="checkbox"/> Nota Opinativa <input type="checkbox"/> Notícia <input type="checkbox"/> Reportagem					

carbônico atmosférico, metano ou outro. Por fim, tem de se garantir que para cada carro que saia da fábrica, haverá um sistema de compensação em relação aos gases estufa. O mesmo se dá em relação a uma viagem de avião, por exemplo. É contabilizada toda a emissão das turbinas, resíduo não reciclável, etc, que poderá se tornar gás carbono, sendo feita então, a compensação sob formas diversas. O interessante é que esta compensação pode ser feita de forma pontual (uma única vez) ou de forma contínua, ao longo do tempo.

Uma das principais formas escolhidas de compensação do carbono hoje em dia, continua sendo o plantio de árvores. Diferente dos créditos de carbono emitidos por grandes fábricas, em países industrializados, o Carbon Free estabelece a idéia da certificação como partes de um processo maior, onde as áreas de reflorestamento são utilizadas para a compensação dos eventos poluidores ao longo do tempo, e seu aporte de carbono pelo crescimento vegetativo, neutralizando a emissão de futuros poluentes desta indústria/processo. Assim o emissor pode calcular uma área de reflorestamento para reposição de carbono que lhe permita construir "n" unidades de sua mercadoria ou processo anual, resultante da quantidade de carbono fixada por esta floresta. Ao se conseguir isto, o produto ou serviço é certificado como equilibrado, livre da emissão de carbono. Isto pode ser muito interessante, pois resulta num aporte inicial de instalação de uma área de reflorestamento porem, nos anos seguintes, não há necessidade de investimentos, diluindo os custos ao longo do tempo que a floresta existir.

E se em vez de árvores reflorestadas, pudessem ser utilizadas neste sistema plantas frutíferas perenes? Afinal, mesmo havendo liberação de gases e equivalentes durante o processo produtivo das frutas, grande parte do carbono emitido pode ser compensado pelo crescimento do tronco das árvores ou pela manutenção da área de cobertura verde nas entrelinhas. Além disso, há o espaço físico já ocupado por estas fruteiras. Uma vez comprovada a eficiência de determinada espécie para fixação, se considerariam as áreas já plantadas como sistema de fixação do carbono, poderia haver sobra de área para compensação ambiental de terceiros, interessados em "arrendá-las" a exemplo do que seria feito com os créditos de carbono, que demandam áreas muito maiores.

Ainda não há um cálculo exato para estabelecer se a produção de fruteiras é um processo emissor ou fixador de carbono, e quais espécies do grupo possam vir a serem utilizadas como plantas fixadoras, porém, há possibilidades de vantagens ao setor de frutas, pois ele faria parte de um sistema de certificação ambiental que pode agregar peso diferenciado de marketing ao produto de forma indireta.

Respondendo a pergunta do título, a certificação na agricultura veio para ficar. É uma decisão do comprador ou consumidor exigí-la e o setor produtivo acaba por segui-la por demanda de mercado. Assim, havendo oportunidades, devemos pelo menos avaliar se vale a pena implementá-las.

**LUCIANO GEBLER**

Eng. Agrôn. MSc

Pesquisador da Embrapa Uva e Vinho, Doutorando no Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS.